

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 15, número 2 (2024)

ISSN: 2177-2886

Artigo

Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre agricultura em territórios periféricos

*Mujeres y agroecología en el municipio de São Paulo:
un estudio sobre la agricultura en territorios periféricos*

*Women and agroecology in the municipality of São
Paulo: a study on agriculture in outlying territories*

Clara Camargo

Universidade de São Paulo - Brasil

clara.r.camargo@gmail.com

Como citar este artigo:

CAMARGO, Clara. Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre agricultura em territórios periféricos. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 15, n. 2, p. 124-145, 2024. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre agricultura em territórios periféricos

Mujeres y agroecología en el municipio de São Paulo: un estudio sobre la agricultura en territorios periféricos

Women and agroecology in the municipality of São Paulo: a study on agriculture in outlying territories

Resumo

As mulheres da agricultura urbana são importantes sujeitas na garantia da segurança alimentar de sua família e comunidade, bem como na manutenção de áreas verdes nas metrópoles. Entretanto, elas são invisibilizadas nas principais teorias econômicas e ainda têm pouco acesso às políticas públicas devido à pouca geração de renda monetária direta. Os principais objetivos deste artigo são apresentar o perfil socioeconômico de um grupo de agricultoras urbanas periféricas paulistanas e analisar suas estratégias de produção agroecológica e alimentação, a partir do arcabouço teórico da Economia Feminista e do Ecofeminismo. A metodologia é de observação participante pela presença nos encontros da Rede das Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas e pela realização de entrevistas semiestruturadas e turnês guiadas nas unidades de produção chefiadas por mulheres.

Palavras-Chave: Mulheres; Agroecologia; São Paulo; Alimentação.

Resumen

Las mujeres en la agricultura urbana son importantes para garantizar la seguridad alimentaria de sus familias y comunidades, así como para mantener las áreas verdes en las metrópolis. Sin embargo, son invisibles en las principales teorías económicas y aún tienen poco acceso a las políticas públicas debido a la baja generación de ingresos monetarios directos. Los principales objetivos de este artículo son presentar el perfil socioeconómico de un grupo de agricultoras urbanas de la periferia de São Paulo y analizar sus estrategias de producción agroecológica y alimentaria con base en el marco teórico de la Economía Feminista y el Ecofeminismo. La metodología es la observación participante a través de la asistencia a reuniones de la Red de Productoras Agroecológicas Periféricas de São Paulo y mediante la realización de entrevistas semiestruturadas y visitas guiadas a unidades de producción lideradas por mujeres.

Palabras-Clave: Mujeres; Agroecología; São Paulo; Alimento.

Abstract

Women in urban agriculture have been important subjects in ensuring the food security of their families and communities, as well as maintaining green areas in the metropolises. However, they are invisible in the main economic theories and still have little access to public policies due to the non-generation of direct monetary income. The main objectives of this article are to present the socioeconomic profile of a group of female urban farmers on the outskirts of São Paulo and their strategies for agroecological production and feeding from the Feminist Economy Theory and the Ecofeminism perspectives. The methodology is based on participant observation when attending the meetings of the Rede das Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (Network of Agroecological Peripheral Female Farmers from São Paulo) and by carrying out semi-structured interviews and guided tours in production units headed by women.

Keywords: Women; Agroecology; São Paulo; Food.

Introdução

Os sistemas agroalimentares convencionais reproduzem e aprofundam desigualdades sociais e de gênero, como, por exemplo, com relação à diferença na remuneração entre homens e mulheres, ao acesso a direitos, terra e políticas públicas, à representatividade na política institucional, entre outros. Na zona rural, o acesso a pequenas porções de terra e a necessidade de alimentar as famílias aproximaram as mulheres ao campo agroecológico, por conta da diversidade de espécies cultivadas e dos poucos recursos disponíveis para a modernização agrícola (Siliprandi, 2009).

A desigualdade de gênero possui suas bases na divisão sexual do trabalho que, em geral, remete às mulheres o papel de cuidadoras e responsáveis pela reprodução humana. Gestar, parir, amamentar, cuidar, alimentar, educar, construir laços de solidariedade e confiança – essas e tantas outras responsabilidades que, por via de regra, são atividades não remuneradas desempenhadas por mulheres (Biroli, 2018). Poucas biológicas, muitas, socialmente construídas – elas trazem uma imensa carga de trabalho e pouquíssima visibilidade do conhecimento e das tarefas necessárias para as suas realizações cotidianas.

A invisibilidade dos cuidados caminha junto à observação de que a agricultura convencional deixou de ser aliada à natureza para tornar-se uma atividade industrial, concentrada em poucos produtores e proprietários de grandes porções de terras, cujo objetivo principal é a geração de lucro e a exportação de commodities. Para Shiva (2010), são faces do mesmo sistema alimentar patriarcal e desigual que altera o controle dos sistemas alimentares das mulheres e camponeses para multinacionais da alimentação e do agronegócio, causando uma disfunção dos processos naturais.

Essa estrutura leva as mulheres a, individualmente, dentro de suas casas, terem que encontrar maneiras de alimentar suas famílias, diante da escassez de políticas e programas que poderiam, de certa forma, amenizar a responsabilidade e assegurar uma alimentação saudável¹.

A literatura sobre mulheres e agroecologia tem sido campo fértil de estudos no Brasil e na América Latina (Siliprandi, 2009; Hillemkamp, 2019; Costa; Dimenstein, 2020; Carvalho; Tait, 2022) mas, neste país, ainda há poucas reflexões teóricas sobre as mulheres da agroecologia urbana. Diante dessa lacuna e da ideia de que existe uma relação entre divisão sexual do trabalho e agrobiodiversidade, este trabalho foi desenvolvido.

A discussão teórica sobre mulheres agricultoras e agroecologia no mundo rural estabelece relações entre o trabalho reprodutivo das mulheres e o patriarcado global (Carvalho, Bógus, 2020; Deepak, 2014; Guétat-Bernard; Prévost, 2016; Trevilla Espinal *et al.*, 2021). De acordo com as autoras, geralmente, as mulheres possuem áreas menores destinadas a seus cultivos, pouco acesso a investimento e, por conta disso, há aproximação com técnicas agroecológicas mais intensivas em trabalho (Siliprandi, 2009). A preocupação

1 Esta pesquisa foi desenvolvida durante a pandemia e, em 2022, a fome atingiu 33 milhões de brasileiros, de acordo com o inquérito realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN).

com a saúde da família, a necessidade de ter diversidade de itens alimentícios, a importância de fertilizar o solo com recursos locais e a alta produção de resíduos orgânicos são fatores que tornam a cozinha e o quintal faces do mesmo agroecossistema, onde coexistem humanos, animais, plantas, minerais, fungos, vírus e bactérias. Mas, será que essa lógica permanece na agricultura desenvolvida nas cidades? Quem são essas mulheres que protagonizam a construção de redes agroecológicas na metrópole de São Paulo? A categoria de família, tão importante para a análise sociológica do mundo rural, é reproduzida também na agricultura urbana?

Essas perguntas foram fundamentais para a construção do problema da pesquisa², que foi guiado pela seguinte pergunta mais ampla: quais são os fatores que levam as mulheres agricultoras do município de São Paulo a desenvolverem a agroecologia? Para respondê-la, o pensamento foi organizado a partir de dois eixos: o primeiro sendo o doméstico, que inclui a responsabilidade pela alimentação, pelo cuidado, pelo acesso a recursos naturais, entre outros; e o segundo sendo o público, que inclui o acesso a programas e políticas públicas, crédito, investimento, mercados e redes, buscando compreender como se dá a atuação feminina na agroecologia nas cidades, com relação a esses eixos.

A hipótese levantada foi a de que, assim como no meio rural, a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo marca profundamente a atuação destas mulheres e, logo, a necessidade da produção de itens alimentícios diversos e saudáveis. No entanto, a existência de mercado consumidor disposto a pagar um pouco mais por alimentos orgânicos e de uma rede que congrega uma diversidade de atores incentivam as mulheres a produzirem por meio de técnicas agroecológicas e as estimulam a ocupar espaços públicos, como feiras, Serviço Social do Comércio (SESC), eventos. A existência de circuitos de economia solidária também possui papel relevante na manutenção dos espaços agroecológicos e na geração de renda para estas mulheres.

Recentemente, algumas pesquisas têm evidenciado como as mulheres possuem papel fundamental no resgate de conhecimentos e práticas de produção, processamento e distribuição de alimentos nas cidades, especialmente de origem agroecológica (Hovorka, 2009; Carvalho; Bogus, 2021; Costa *et al.*, 2022). No município de São Paulo, este fato pode ser observado a partir da criação da Rede das Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (RAPPA) (Carvalho; Bogus, 2021) e a partir dos dados da Plataforma Sampa+Rural. Essa plataforma, após a análise de uma série de dados secundários e de pesquisa de campo, indica que 28% das Unidades de Produção Agropecuária (UPA) do município são chefiadas por mulheres, número mais alto do que a média brasileira, que é de 18,7% de unidades sob gestão feminina, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (Hora; Nobre; Butto, 2021).

Nesta direção, este artigo busca descrever quem são e como agem as agricultoras paulistanas, bem como analisar como o autoconsumo de itens alimentícios se apresenta como uma estratégia de superação da crise alimentar

2 Este artigo é parte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, entre 2018 e 2023.

nos territórios periféricos do município de São Paulo. Os dados analisados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 11 agricultoras, todas residentes e atuantes em bairros da periferia do município. Também se mobilizou para a análise dados da Plataforma Sampa+Rural e o referencial teórico é o da Economia Feminista e do Ecofeminismo.

Agriculturas paulistanas

No município de São Paulo, a agricultura é uma atividade antiga, realizada em diversas regiões, tanto centrais quanto periféricas. Para ilustrar tal fato, é possível citar territórios bastante conhecidos na cidade, cujos nomes remetem à importância da atividade agrícola, tais como o Viaduto do Chá, a Avenida Jacu-Pêssego, a Chácara Santo Antônio, entre outros (Oliveira, 2004).

Ao longo do século XX, com o avanço da urbanização e o aumento da pressão por terras para moradia, comércio e indústria, a prática da agricultura paulistana passou a se restringir aos territórios periféricos (Oliveira, 2004), o que veio acompanhado de sua invisibilização. A atividade da agricultura ainda é bastante vinculada aos territórios compreendidos como rurais, tratados por muito tempo como espaços de negação da modernidade, onde predominam relações não capitalistas. Portanto, observa-se uma estigmatização do rural, que passa a ser associado ao atraso e subdesenvolvimento, pensamento recorrente nas principais correntes teóricas sobre o desenvolvimento, mas que, no entanto, vêm sendo questionadas desde o fim do século XX (Carneiro, 2012).

Desde a década de 1950, a maior metrópole da América do Sul é, sem dúvida, conhecida por seus arranha-céus, indústrias e serviços, tornando-se um ícone da modernidade capitalista. Entretanto, as crises econômicas, políticas, ambientais e climáticas apontam para mudanças nesse cenário. Uma pesquisa realizada com base nos dados dos Censos de 2006 e 2017, bem como nos dados do Levantamento Censitário sobre as Unidades de Produção Agropecuária (LUPA) do Estado de São Paulo, revelou um aumento da atividade agropecuária do município (Biazoti *et al.*, 2021). Essa pesquisa e outras também indicam a construção de um arcabouço institucional de políticas públicas municipais voltadas para a agricultura, especialmente a agroecologia, no início da década de 2000 e, depois, em meados da década de 2010 (Nakamura; Marcos, 2021; Caldas; Jayo, 2019).

De acordo com Biazoti *et al.* (2021), com base na análise dos dados do LUPA, nos últimos quinze anos, houve crescimento de aproximadamente 22% da quantidade de UPA e 33% do tamanho das áreas de produção entre 2007/2008 e 2016/2017. Os pesquisadores sugerem que esse crescimento está associado a uma estruturação de políticas públicas para o setor, à abertura de feiras orgânicas e espaços de comercialização (Biazoti *et al.*, 2021), os quais valorizam a produção local e reduzem impactos ambientais. Além disso, destaca-se a redução de custos decorrentes da logística quando os produtos percorrem longas distâncias até chegar ao seu destino.

É importante destacar os fatores que levam ao desenvolvimento da agricultura nas cidades. Se, por um lado, existe um otimismo decorrente da ideia de que o fortalecimento da agricultura urbana pode trazer benefícios

socioambientais para os cidadãos, como a provisão de alimentos frescos, a melhoria do ar e do escoamento da água da chuva, por outro lado, ela costuma ser um diagnóstico e uma resposta às crises socioeconômicas. Isso porque ela pode gerar renda e amenizar as consequências do aumento das desigualdades sociais, como uma resposta das comunidades às mazelas do desenvolvimento capitalista. Em São Paulo, a disputa por terras destinadas à agricultura está bastante relacionada à questão do abastecimento de água, como será tratado mais adiante.

No levantamento feito pela Plataforma Sampa+Rural, constam 735 UPA no município de São Paulo, 9 aldeias Guarani, 106 hortas urbanas e 170 hortas em equipamentos públicos (Sampa+Rural, 2022). A maior parte destas UPA (574) está localizada na Zona Sul do município e, principalmente no extremo sul, nas Áreas de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos e Bororé-Colônia e territórios rurais legalmente delimitados pelo Plano Diretor Estratégico de 2014 (Lei municipal 16.050 de 31 de julho de 2014).

A agricultura praticada no extremo Sul do município, composto pelos distritos de Parelheiros e Marsilac, tem sido objeto de uma série de programas, políticas e projetos ali implementados, pela configuração do relevo e por ser área de mananciais de abastecimento. Nessa região, estão presentes agricultores convencionais e orgânicos, aldeias indígenas, sítios de lazer, atrações turísticas (como cachoeiras), parques municipais, as duas APAs e templos religiosos abertos à visitação (Nakamura; Marcos, 2021).

Nakamura e Marcos (2021), com base em estudos mais antigos, como o de Penteado (1958), apontam que o relevo da região, configurado como Serra do Mar, assim como a existência das represas de abastecimento, que produziu um aparato legal de proteção aos mananciais desde a década de 1970, constituíram-se como barreiras ao crescimento urbano da cidade, o que permitiu ao território o desenvolvimento da agricultura, assim como a permanência de remanescentes florestais. É importante considerar ainda o papel dos imigrantes japoneses e alemães na consolidação da agricultura como atividade econômica na região (Nakamura; Marcos, 2021).

Nesta região, onde ainda é possível encontrar terrenos de grandes dimensões, 79% das UPA cultivam frutíferas, 65% delas produzem e comercializam legumes, verduras, raízes e plantas medicinais e 45% delas produzem plantas ornamentais. Chama a atenção o fato de que a maior parte da produção de frutas e plantas ornamentais não acessa canais de comercialização, o que se apresenta como uma dificuldade para os agricultores da região devido às questões de logística e distância dos canais de distribuição. Apesar disso, quando acessam canais de comercialização, é perceptível que os alimentos ali produzidos migram para regiões onde há maior renda, mais próximas ao centro de São Paulo (Biazoti *et al.*, 2021).

As principais ameaças que acometem este território são a constante expansão urbana e a implantação de empreendimentos de infraestrutura como o Rodoanel Metropolitano e a proposta de um aeroporto em Parelheiros. Tais questões tornam a luta pela terra uma questão também de âmbito metropolitano, uma vez que a instalação destes projetos segmenta áreas de floresta e expulsa as pessoas de suas terras (Camargo *et al.*, 2021). A construção do aeroporto, cabe ressaltar, foi barrada diante de múltiplas

mobilizações contrárias. Tais mobilizações destacavam que o aeroporto seria construído na várzea do reservatório Guarapiranga – que abastece aproximadamente 20% dos habitantes da metrópole – para atender aos interesses da aviação executiva.

Na Zona Leste, a agricultura é desenvolvida de maneira diferente. Os agricultores cultivam, geralmente, em terrenos baldios, em terrenos sob linhas de transmissão de energia ou terrenos sobre adutoras de água e esgoto. Na Plataforma Sampa+Rural, em 2022, estavam cadastradas 119 UPAs, sendo o foco da produção geralmente hortaliças, comercializadas diretamente ao consumidor, e também fruticultura (Biazoti *et al.*, 2021). Embora sejam terras públicas, as ameaças à manutenção da terra destinada à agricultura também existem, uma vez que estão sujeitas a regras de utilização com baixo controle social e muitas vezes vinculadas a, atualmente, estratégias de negócios de concessionárias de capital privado (Campos, 2020).

Na Zona Norte, foram identificadas pela citada plataforma 31 UPA. De acordo com Biazoti *et al.* (2021), a maior parte da produção é de culturas temporárias, vendidas sobretudo para atacadistas, feiras e diretamente para o consumidor final. A região também é conhecida pela criação de porcos e frangos, realizada por mais da metade dos produtores, que enfrentam problemas relacionados à contaminação e regulação ambiental. Parte da região é identificada como rural e é onde se localiza a Serra da Cantareira.

Já nas regiões Centro e Oeste, as hortas existentes são mais destinadas à visibilidade da questão ambiental, alimentar e educativa e, portanto, não têm o foco de produção de alimentos. Apesar disto, existem exceções, como a experiência da Horta Criando Esperança, que foge deste padrão, uma vez que está localizada em uma favela e destina-se também à segurança alimentar dos seus moradores.

As hortas classificadas como ‘de escala’, mais voltadas ao abastecimento e ao consumo alimentar, localizam-se via de regra em áreas periféricas da cidade, ao passo que as com perfil “de visibilidade”, mais voltadas à produção de discurso e geração de visibilidade para a agenda política da agricultura urbana, tendem a concentrar-se em regiões centrais (Caldas; Jayo, 2019, p. 12).

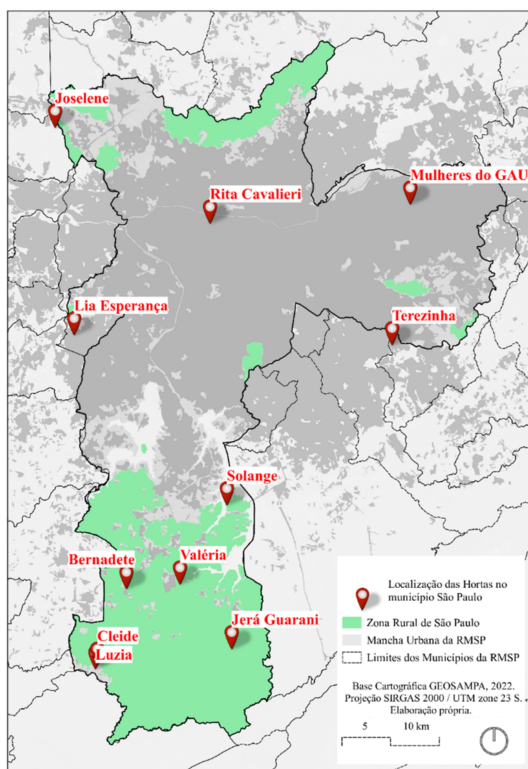
Esta afirmação de que as hortas voltadas ao abastecimento e ao consumo de alimentos estão localizadas nas periferias soma-se à informação de que grande parte delas possui ampla participação de mulheres, evidenciando a hipótese de que as mulheres são sujeitas fundamentais na produção e distribuição de alimentos frescos e na transição agroecológica também em territórios urbanos periféricos.

Local da pesquisa e métodos

A partir das considerações anteriores, a pesquisa foi desenhada considerando as cinco regiões do município de São Paulo, com maior ênfase na região Sul, que concentra a maior parte de agricultoras e agricultores. O mapa 1 apresenta os territórios considerados pela pesquisa.

Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre agricultura em territórios periféricos

Mapa 1 – Localização das agricultoras entrevistadas durante a pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora com base nas localizações do *Google Earth*.

#PraTodoMundoVer: mapa do município de São Paulo com os limites territoriais, as Áreas de Proteção Ambiental em algumas bordas e a localização das agricultoras visitadas e entrevistadas durante a pesquisa de campo.

As agricultoras foram selecionadas a partir de conversas com as técnicas da RAPPa. Cabe mencionar que esta pesquisa foi viabilizada por conta da aproximação com esta rede, que surgiu em resposta à ausência de mulheres agricultoras nas instâncias participativas de criação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, instrumento de execução da Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (São Paulo, 2016). É sabido que, historicamente, as mulheres foram excluídas do processo de representação e participação política por conta da divisão sexual do trabalho, que relegou a elas o cuidado com a casa e com os filhos, ao mesmo tempo em que construiu a falsa ideia de que o espaço público é um locus do masculino (Biroli, 2018).

Assim, a ideia de pesquisar a atuação destas mulheres tem também o objetivo político de trazer luz sobre quem são as agricultoras do município de São Paulo e como se relacionam com a segurança alimentar e nutricional. Neste sentido, são abordadas tanto questões ligadas ao trabalho de cuidados desempenhado por elas, quanto as suas estratégias de construção de redes de apoio à comercialização e de acesso a direitos, como assistência técnica, crédito, acesso à terra, entre outros. Portanto, esta pesquisa se desenvolve a partir de temas elencados pelas próprias agricultoras, ao longo de encontros realizados entre 2018 e 2022, a maior parte deles de forma presencial, mas

também realizados de forma remota por conta do isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19.

A coleta de dados se deu por meio de visitas realizadas a 11 unidades de produção agroecológica. Nessas visitas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e passeios guiados, visando conhecer o espaço de produção destas mulheres. Em algumas ocasiões, foram realizados trabalhos conjuntos, como plantios e colheitas, como forma de aproximação entre a pesquisadora e as agricultoras. Além disso, a pesquisadora também atuou ativamente no planejamento e organização de 3 encontros da RAPPa, onde pôde reencontrar as agricultoras visitadas e construir um laço de confiança com elas³. Foram também feitos contatos via *WhatsApp* para tirar dúvidas e para a autorização do uso dos dados, considerando-se a autonomia das mulheres na divulgação de informações sobre suas vidas. Este trabalho de campo foi realizado entre agosto de 2021 e setembro de 2022, e aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo⁴.

As mulheres agricultoras paulistanas

Uma das questões trabalhadas pela pesquisa foi a identificação de um perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas. Os temas abordados foram: idade, escolaridade, maternidade, acesso a redes e a políticas públicas.

A primeira questão que chama a atenção é com relação à idade destas mulheres. À época, duas mulheres encontravam-se na faixa que varia entre 41 e 50 anos; sete mulheres com idade entre 51 e 60 anos; e duas mulheres na faixa que varia entre 61 e 70 anos.

Esses dados evidenciam que a maior parte das agricultoras urbanas entrevistadas são mulheres que já não são jovens. Apesar de esta não ser uma pesquisa censitária e sim exploratória, essa evidência pode sugerir uma preocupação com a continuidade da atividade agrícola no município. Porém, os relatos indicam que essas mulheres migraram para a agricultura como atividade econômica em um momento mais avançado da vida, após se aposentarem ou quando estavam cansadas do ritmo de trabalho em empresas ou casas de família. Uma mulher relatou optar pelo trabalho na agricultura ou cozinha após seus filhos nascerem, por ser mais fácil a conciliação entre cuidados com eles e geração de renda.

A idade avançada e os relatos das agricultoras nas entrevistas e nos encontros da RAPPa sobre a importância de se pensar na saúde delas e de suas famílias tornam-se importantes evidências a serem consideradas neste contexto. A agricultura urbana tem sido apontada como prática que pode servir de base para estudos e para a construção de políticas públicas, com foco em saúde e bem-estar da população por meio de uma visão ampliada (Nakamura; Ranieri, 2021). Para Nakamura e Ranieri (2021, p. 29),

3 Para mais informações sobre os encontros, ver:
<https://www.instagram.com/agricultoras_pericas/>.

4 O número do processo aprovado no Comitê de Ética é CAAE 41315620.2.0000.5390.

Por meio da AU, é possível: promover a alimentação adequada e saudável, tanto pelo aumento da oferta de alimentos in natura, quanto pelo seu caráter educativo e de manutenção de práticas culturais; contribuir diretamente com as metas de redução da pobreza e promover a inclusão social; estimular a atividade física, por meio das práticas profissionais ou de lazer envolvendo o cultivo de alimentos; integrar comunidades, melhorando o relacionamento entre grupos e vizinhança.

A saúde como questão relacionada à prática da agricultura urbana é tema recorrente nos encontros com as agricultoras e foi um dos principais assuntos trabalhados durante a Caravana Agroecológica: agricultoras urbanas construindo territórios saudáveis, um projeto em parceria entre Fiocruz, Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) e Articulação Nacional de Agroecologia, da qual a RAPPA foi participante durante os meses de agosto e setembro de 2022. Além dos pontos já elencados, as agricultoras relataram, nessa ocasião, o controle da dengue a partir da presença de hortas no local e da gestão adequada da água, o cultivo e uso de plantas medicinais, bem como a compostagem como estratégia viável e saudável de gestão de resíduos orgânicos.

Outro ponto que também chama a atenção é a diversidade dos níveis de escolaridade. É interessante notar que 36% das mulheres entrevistadas possui ensino superior completo. Apesar desse dado, também é alta a taxa das entrevistadas que não chegaram a concluir o ensino médio: 36% das entrevistadas. Isso revela a diversidade e a desigualdade nos níveis de escolaridade destas mulheres. É notável ainda o fato de todas elas serem alfabetizadas, sendo apenas duas com o fundamental incompleto.

Todas as entrevistadas também apontaram como os estudos, os cursos e as trocas de conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento de técnicas agroecológicas, sendo inclusive uma demanda das entrevistadas para a melhoria do trabalho, por exemplo, com relação ao processamento de alimentos, plantas medicinais e controle de pragas e doenças.

Nove das onze mulheres entrevistadas são mães, o que revela maior preocupação em alimentar os seus familiares e garantir a sua saúde. Siliprandi (2009), em sua tese de doutorado sobre mulheres e agroecologia, apontou que as agricultoras relataram que a condição de mães e esposas marca profundamente as preocupações das mulheres agricultoras, não só com relação à própria família, mas também com relação à comunidade e ao território onde vivem e atuam. De acordo com o relato das agricultoras sistematizado pela autora, a maternidade faz com que as mulheres pensem mais no futuro, trazendo à tona a ética do cuidado.

Acesso a políticas públicas

Com relação ao acesso às políticas públicas, mais da metade das mulheres (seis) relatou nunca ter acessado nenhum programa ou política. Das outras cinco mulheres que disseram ter acessado políticas públicas, três foram referentes à agricultura, o Programa Ligue os Pontos. Uma delas acessou políticas ligadas à cultura (Programa Aldeias), e uma delas, um programa

social da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado de São Paulo (CDHU). Essa companhia, entretanto, não possui uma política institucional específica para o desenvolvimento de hortas e viveiros, mas sim um projeto de desenvolvimento local, vinculado à Gerência Social de Ações de Recuperação Urbana e Fomento de Desenvolvimento Local (Carvalho, 2021).

Vale relatar que existe uma dificuldade entre as agricultoras de identificar o que é uma política pública. Isso pode ser exemplificado pelo fato de algumas delas receberem assistência técnica da prefeitura, sobretudo as agricultoras do extremo sul de São Paulo, mas afirmarem não acessar política pública. Nesse caso, elas parecem identificar as políticas a crédito, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

Ainda com relação a essa temática, apenas três agricultoras relataram ter o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), instrumento básico para o acesso às políticas da agricultura familiar. Além disso, duas relataram já ter tentado emití-lo, mas sem sucesso. Apesar de algumas terem a documentação, nenhuma delas acessou políticas de crédito do governo para a agricultura.

Comercialização e geração de renda

Referente à comercialização, pode-se afirmar que a maior parte das agricultoras entrevistadas fornece diretamente ao consumidor por meio da venda de cestas, em feiras e no próprio local da produção. Algumas afirmaram também comercializar por meio de redes e projetos destinados a este fim. Duas delas afirmaram já ter feito parte de uma rede para a comercialização dos produtos, a Rede Ballaio, porém, essa rede deixou de existir. Duas disseram que vendem ou já venderam para a Cooperapas, Cooperativa dos Produtores Rurais e Água Limpa do Extremo Sul de São Paulo, sendo que uma dessas também entrega alimentos para um projeto que visa contribuir com a segurança alimentar de uma comunidade na Zona Sul do município, o Orgânicas para Todes.

As duas entrevistadas da Zona Leste afirmaram comercializar para o Centro de Referência em Desnutrição Infantil (CREN) da Prefeitura de São Paulo. A Rede Sesc tem se consolidado como importante parceira na comercialização dos produtos, por meio da realização de feiras onde são vendidos e divulgados os produtos das mulheres. A produção de alimentos para eventos também parece ser importante atividade para a geração de renda dessas mulheres, especialmente porque, assim, conseguem processar seus produtos in natura, aumentando o prazo de validade e agregando valor. Ressalta-se também o foco da agricultora indígena em garantir a segurança alimentar da sua comunidade e a abstenção na venda desses produtos, já que a autonomia alimentar do seu povo é entendida como extremamente importante. Apenas uma das agricultoras relatou vender para a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

A diversidade de formas de comercialização se configura como estratégia para a garantia de escoamento da produção e geração de renda. Além disso, reforça a importância das redes no apoio à produção agroecológica e comercialização. Essas redes englobam uma diversidade de temas, passando pela agroecologia, economia solidária, povos indígenas, arte, ativismo,

educação, meio ambiente e turismo. Um ponto importante trazido pelas redes diz respeito ao acesso a informações, ou seja, acesso a cursos, a editais de financiamento, a troca de conhecimentos e materiais reprodutivos, como mudas e sementes. Além disso, a rede parece trazer legitimidade, reconhecimento e senso de pertencimento ao trabalho dessas agricultoras.

Nas últimas décadas, as redes de agroecologia têm se configurado como importante mecanismo de interrelação entre Estado e sociedade civil na incidência de políticas públicas, considerando, por exemplo, a atuação da Articulação Nacional de Agroecologia, bem como na construção social de mercados de agricultores familiares agroecológicos, como é o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, no Sul do país (Perez-Cassarino, 2012).

Neste sentido, a participação em redes se mostrou elemento fundamental para o reconhecimento do trabalho das agricultoras entrevistadas. Ademais, a diversidade de atrizes e atores fortalece a visão da importância da agricultura urbana agroecológica em diferentes esferas da sociedade, seja por meio do poder público ou não, por uma questão de segurança alimentar, de cultura, de meio ambiente ou de saúde, é um tema que transcende as fronteiras do conhecimento disciplinar e da ação setorial.

Voltando às agricultoras, também chama a atenção o fato de as mulheres se identificarem com mais de uma profissão. Por questão de necessidade de geração de renda, elas acabam acumulando mais de uma função, como a de cuidadora de idosos, de crianças ou de cozinheira. Elas também relatam que são as responsáveis não só pela produção, mas pela venda dos produtos. Aparte isso, três mulheres disseram que desenvolvem ou já desenvolveram atividades educativas na comunidade. Fica evidente, neste ponto também, como a pluriatividade dessas mulheres se relaciona com a pluriatividade característica das áreas rurais.

Porém, esta realidade é a de pesadas cargas de trabalho e reforça a ideia de que o patriarcado remete às mulheres o cuidado com a família e com a comunidade, muitas vezes invisibilizando tais ações como trabalho. Quando se aborda o trabalho de cuidados para além do cuidado físico, como alimentação e higiene, mas também aquele que inclui o suporte emocional e a aprendizagem social, observa-se que, mesmo fora dos lares, este trabalho é designado às mulheres, como se as ruas e a cidade fossem uma extensão dos lares e sua divisão sexual do trabalho (Federici, 2019).

As próprias mulheres entrevistadas afirmaram que é de extrema importância para elas desenvolver o trabalho social nas comunidades, pois elas notam a diferença dos jovens quando estes têm acesso a conhecimentos sobre natureza, agricultura, bioconstrução, turismo, entre outros temas trabalhados por elas. Pode-se analisar que essa atuação materializa o que elas entendem como cuidar do planeta, cuidar da vida, reforçando o cuidado com as futuras gerações. O problema, no entanto, é a falta de visibilidade e valorização sobre a relevância dessas mulheres na manutenção das comunidades periféricas.

Alimentação, autoconsumo e capitalismo

Todas as mulheres entrevistadas têm na produção destinada ao autoconsumo a tática para alimentação própria e de sua família. Muitas relataram também a

doação de alimentos a sua comunidade. A comercialização, quando ocorre, portanto, é a do excedente da produção. Os dados da Plataforma Sampa+Rural revelam que 41% das UPA chefiadas por mulheres não comercializam os seus produtos, ou seja, a sua produção é destinada à subsistência.

A alimentação saudável parece uma prática simples, mas é de alta relevância dado o contexto de aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e do crescimento da obesidade. A obesidade acomete sobretudo as periferias urbanas, uma vez que os alimentos de baixa qualidade são, em geral, comercializados por preços mais baixos, apesar de possuírem pouquíssimos nutrientes e fibras, por um lado, e muitas calorias, açúcar e gordura, por outro (OPAS, 2015). Relativo a isso, as entrevistadas relataram que o trabalho em hortas e pomares tem relação direta com a obtenção de hábitos mais saudáveis, como a diversificação dos alimentos e a redução do consumo de itens ultraprocessados. Muitas relataram uma melhor qualidade de vida depois de se tornarem agricultoras.

Diante dessas informações, é fundamental considerar o autoconsumo dessas mulheres, pois, politicamente e em termos de sobrevivência das comunidades, essa prática assume papel fundamental na construção de um modo de produção alternativo ao neoliberalismo (Federici, 2022).

Todavia, para abordar esse tema é importante apontar a contradição existente na agricultura e que, na realidade, diz respeito à sociedade capitalista, que é o fato de que apenas é dotado de valor o que é passível da geração de renda monetária (Carrasco, 2014). Tal contradição fica evidente quando se olha para a produção das mulheres voltada ao autoconsumo e as implicações a ela relacionadas, como, por exemplo, a falta de autonomia das mulheres com relação às decisões financeiras da família, a ausência de assistência técnica ou crédito, com a “desculpa” de que essa produção não existe. Mas ela, apesar de não gerar renda direta, garante a segurança alimentar da família, diminui os custos com alimentação e pode criar laços de reciprocidade na comunidade, como algumas pesquisas vêm demonstrando por meio da sistematização dos dados de vendas, autoconsumo, trocas e doações nas cadernetas agroecológicas (Telles; Alvarenga, 2021; Nobre, 2021).

Essa contradição é a principal crítica da economia feminista à economia neoclássica, que se baseou em um suposto agente racional, autônomo, egoísta e que toma decisões no sentido utilitário e em contexto de escassez. Como afirma Picchio (2012), essa experiência é a de um sujeito masculino – geralmente branco, assalariado, europeu – e serviu de base para a generalização de toda uma teoria econômica, deixando de lado outras referências de trabalho e de consumo.

O desenvolvimento do pensamento econômico adotou métodos, temas e uma pedagogia que atribuiu importância apenas às atividades mediadas pelo mercado (NELSON, 1995), ignorando as relações de interdependência entre produção e reprodução e, com isso, um conjunto enorme de trabalho realizado pelas mulheres (Telles; Alvarenga, 2021, p. 75).

Estudos sobre as mulheres agricultoras urbanas ou rurais têm ganhado evidência apenas em tempos recentes, dado que esse tema era invisibilizado

por conta da estrutura patriarcal da sociedade. Naturalizaram-se as práticas cotidianas de a mulher permanecer em casa, realizando trabalhos domésticos e cuidando de seus filhos, velando que tais práticas se constroem no campo socioeconômico e cultural.

A negação da remuneração pelo trabalho reprodutivo o torna um “não trabalho” no capitalismo, o que gera sobrecarga para as mulheres, além de invisibilizar o fenômeno que Carrasco (2003) denomina “sustentabilidade da vida”.

Para essa autora, os sistemas naturais, o trabalho de cuidados e a criação e manutenção das comunidades não foram analisados por pensadores na reflexão sobre a sustentabilidade. De acordo com ela, se não fossem essas esferas, o sistema capitalista já havia colapsado. Federici (2019; 2022) e Mies (2022) avançam nesse pensamento, ao colocar o trabalho reprodutivo como fator fundamental e ainda contemporâneo da acumulação de capital, afirmando que o capitalismo, para se perpetuar, necessita de formas não capitalistas, como o trabalho doméstico de mulheres, o trabalho camponês e a própria reprodução da natureza. Como fala uma das agricultoras do Coletivo Mulheres do GAU:

Por isso que planto pra comer e pra vender, mas primeiro é pra gente que tá aqui perto. Se vem alguém aqui da comunidade e quer levar verdura, mas só tem R\$1,00, a gente vende por R\$1,00. Se não tem nada, a gente doa também (Vilma, fala realizada durante a Oficina Preparatória para o Encontro Nacional de Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia, em 14/05/2022).

Essa fala exemplifica a responsabilidade das agricultoras em fornecer alimentos para a sua família e para a sua comunidade, muitas vezes arcando com os custos de produção, como se fosse responsabilidade delas alimentar uma pessoa que, muito provavelmente, vai, depois de alimentada, ter capacidade de vender a sua força de trabalho. Em outras palavras, as mulheres permitem a reprodução da força de trabalho, mas este fato não foi incorporado às principais teorias econômicas e políticas, incluindo o marxismo (Federici, 2022).

A falta de recursos financeiros também pode ser uma explicação do porquê de as mulheres optarem pela agroecologia enquanto estratégia de produção de alimentos. Siliprandi (2009), em sua tese de doutorado, apontou os fatores que tornaram a agroecologia uma opção mais viável para as agricultoras que pesquisou. Segundo ela, o aproveitamento dos recursos locais, de acordo com cada agroecossistema, apresentou-se como fator de viabilidade para a melhoria da qualidade de vida, em uma conjuntura de poucos recursos existentes para investimento na atividade agrícola. Ao mesmo tempo que a agroecologia exige menos gastos com compra de insumos, ela também é mais exigente em trabalho. Entretanto, outro fator apontado por ela foi a valorização de atividades que já eram desempenhadas pelas mulheres, o que possibilitou o exercício da criatividade, da observação e da experimentação.

No município de São Paulo, as agricultoras entrevistadas relataram retomar práticas que realizavam quando crianças nas áreas rurais ou que observavam e aprenderam com seus ancestrais.

Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre agricultura em territórios periféricos

O trabalho com as sementes, eu aprendi com meu pai e minha mãe. Foram eles que me ensinaram a escolher as melhores sementes para o replantio. Na época que a gente morava na roça, no sertão, era tudo muito difícil, mas eu lembro que tinha muita fartura de macaxeira, batata, milho, feijão, farinha e fumo (Helena Caroba, entrevista em 16/11/2021).

Na passagem destacada, fica evidente como a agroecologia urbana é um sistema alimentar que se baseia na ancestralidade e, por meio dela, produz alimento, resistência e conhecimento por mulheres muitas vezes excluídas do processo de desenvolvimento capitalista. Vale ressaltar também que muitas destas agricultoras foram expulsas de suas terras de origem, já que a maior parte delas é migrante do Nordeste. Décadas depois e em territórios urbanos, elas ainda convivem com a ameaça da expulsão de suas terras. O resgate de conhecimentos ancestrais aparece na análise das principais técnicas empregadas por elas.

Gráfico 1 – Práticas empregadas para a fertilidade do solo pelo número de agricultoras



Fonte: elaborado pela autora com base em pesquisa de campo.

A maior parte das mulheres entrevistadas realizam a compostagem termofílica próxima ao local de plantio, a rotação de culturas e o pousio, práticas simples e fundamentais para a manutenção da fertilidade do solo, que podem ser empregadas a partir do trabalho delas mesmas, sem necessariamente ter que pagar por isso.

A quarta técnica mais empregada pelas mulheres foi o uso da cobertura morta e/ou viva nos canteiros, realizada por nove das onze mulheres. Em seguida, em quinto lugar, estão o uso de adubação verde e, nesse caso, pode-se citar o plantio de feijão guandu, feijão de porco, crotalaria, tremoço e ervilhaca. Por fim, observa-se a prática de curva de nível, desenvolvida por três mulheres. Duas mulheres afirmaram comprar produtos que melhoram a fertilidade do solo, por exemplo, o Bokashi. Duas delas também afirmaram compostar resíduos em biodigestor e reutilizá-los como adubo ou como fonte

de energia. Uma delas possui minhocário para compostagem de resíduos domésticos. Uma delas desenvolve leiras de contenção no seu sítio e um coletivo de mulheres recebe composto do Pátio de Compostagem da Zona Leste.

Além das práticas citadas, todas as mulheres entrevistadas relataram a escolha pela produção biodiversa, com a presença de, pelo menos, duas espécies de árvores nativas em seu agroecossistema e, portanto, a presença da árvore enquanto elemento da produção agrícola. Não se tratam, portanto, de monoculturas, e tampouco de separação entre horta e pomar, por exemplo. Os cultivos são realizados em consórcios, o que garante maior diversidade de itens alimentícios, bem como a busca por um equilíbrio natural entre as plantas e animais em interação.

Essa afirmação encontra ressonância na teoria ecofeminista de Vandana Shiva. Para esta autora, a biodiversidade é uma estratégia de resistência das mulheres. Entretanto, é necessário aprofundar o próprio conceito, pois, para ela,

[...] a biodiversidade é uma categoria relacional em que cada elemento adquire as suas características e valor através do relacionamento com outros elementos. A biodiversidade é ecológica e culturalmente adaptada. É reproduzida e conservada através da reprodução e conservação da cultura em festivais e rituais que celebram não só a renovação da vida, mas fornecem igualmente uma plataforma para testes sutis de seleção e propagação de sementes (Shiva, 1993, p. 220 e 221).

Shiva (1993) reconhece a complexidade dos sistemas biodiversos, assim como o conhecimento derivado das suas técnicas de manejo. Todavia, assim como outras linhas do feminismo, ela reconhece que o patriarcado hierarquiza os conhecimentos. Nesse sistema, mulheres e natureza são vistas como inferiores quando comparadas a homens e cultura. É por isso que, muitas vezes, o conhecimento que as mulheres agricultoras têm sobre as relações entre as plantas, entre plantas e animais e produção de alimentos é visto como um não conhecimento e/ou um não trabalho.

Apesar disso, as mulheres agricultoras têm se demonstrado como importantes sujeitas também na conservação ambiental, o que é fundamental para o combate às mudanças climáticas (Feitosa; Yamaoka, 2020). Entre as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, 55% delas relataram a presença de Áreas de Preservação Permanente (APP) em suas propriedades e 55% delas afirmou produzir plantas alimentícias não convencionais (PANC).

As PANCs são muito diversas e podem ser hortaliças, verduras, castanhas, cereais, frutas e temperos (Ranieri, 2017). Muitas delas foram negligenciadas ou relegadas ao esquecimento, mas já foram consumidas como alimento em outros momentos ou regiões. Diversas espécies também são consideradas como mato ou erva-daninha, porém, trata-se de plantas com alto valor nutricional, como o caruru e a beldroega, por exemplo. A opção pela estratégia do plantio de PANCs tem sido adotada como forma de reduzir a necessidade de insumos externos, a adaptabilidade às oscilações do clima e tem

demonstrado ser uma forma de resgatar o conhecimento sobre a gastronomia e alimentos saudáveis por meio da criatividade e da inovação.

O protagonismo das mulheres periféricas na produção agroecológica

É notável que, em São Paulo, as experiências mais exitosas de produção agroecológica de alimentos in natura estão nos bairros mais distantes do centro. A participação nos encontros da RAPPa foi fundamental para esse desvelamento.

Por uma questão de sobrevivência, as mulheres periféricas, em geral, constroem vínculos mais fortes com seus territórios, já que, em grande parte, são as responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Justamente por sua relação mais vinculada ao trabalho reprodutivo, as mulheres encontram-se em menor número em espaços de poder e decisão sobre as políticas urbanas e de habitação, e seguem tendo menos acesso à titulação de terras e moradias (Tavares, 2015).

Além disso, a lógica da expropriação territorial nas metrópoles é, em si, contraditória. De acordo com Costa *et al.* (2022, p. 411),

[...] se por um lado a cidade possui um longo histórico de expropriação territorial, por outro, sempre conviveu com práticas insurgentes de construção do seu território. As favelas e periferias são exemplos de cidades que se constituem à margem do planejamento urbano. Nas últimas décadas, as lutas pelo direito à cidade e à moradia digna (no Rio de Janeiro) ganham outros contornos ao terem como convergência a agricultura de base agroecológica em territórios periféricos e a luta das mulheres. São principalmente as mulheres negras e periféricas as responsáveis por trazer à tona esse debate nos movimentos sociais. Essas mulheres articulam as violências a que seus territórios estão submetidos como parte das violências de gênero que atingem os seus corpos, assinalando a relação indissociável entre essas dimensões.

Apesar de a pesquisa de Costa *et al.* (2022) ter sido realizada no Rio de Janeiro e com mulheres ligadas aos movimentos de moradia, a existência de um número crescente de hortas agroecológicas nas periferias de São Paulo (Biazoti *et al.*, 2021) e a própria constituição da RAPPa podem apontar para um caminho similar.

Também é interessante destacar que as reivindicações dessas mulheres fazem emergir um novo olhar para a conciliação das esferas produtiva e reprodutiva, que incorpora uma visão de futuro pensando, por exemplo, nas ameaças trazidas pela pressão imobiliária e também de presente, considerando a crise do aumento do preço dos alimentos e suas possíveis estratégias de superação. Ainda citando Costa *et al.* (2022, p. 412),

Ao reivindicarem a ancestralidade, a memória, os afetos, a esfera do cuidado, as lutas antirracistas e feministas para pensar o planejamento urbano, as mulheres organizadas em torno da defesa da agricultura urbana constroem estratégias que questionam os padrões urbanísticos

hegemônicos e coloniais de pensar e habitar as cidades e trazem importantes discussões e ações que contribuem para a efetivação do direito a uma cidade plural que considere a diversidade de formas de experiência urbana e a vida das populações que foram historicamente subalternizadas.

Nesse sentido, considerar a atuação de mulheres agricultoras nos territórios é levar em conta parte fundamental da cultura e da economia das periferias paulistanas. Vale ressaltar que as periferias paulistanas são diversas e plurais, visto que são territórios muito diferentes uns dos outros, pois englobam áreas rurais, aldeias indígenas, áreas com alta densidade urbana, presença de migrantes, enfim, uma diversidade que exige olhares atentos e detalhistas.

Considerações finais

A análise dos dados coletados permite a compreensão de que a responsabilidade das mulheres pelo trabalho reprodutivo é um dos fatores que influencia a produção biodiversa das agricultoras. Entretanto, é importante destacar que também há outras motivações, como a geração de renda, a busca por autonomia, o resgate de conhecimentos ancestrais e o próprio reconhecimento de suas práticas enquanto trabalho.

A crise da fome, do desemprego e das mudanças climáticas tem exigido criatividade para se pensar alternativas ao desenvolvimento. Valorizar práticas já existentes, porém invisibilizadas, como a atuação das agricultoras periféricas agroecológicas, pode trazer melhorias para o planejamento de cidades mais justas e sustentáveis. Entretanto, é necessária a atuação do Estado para alavancar, por meio de políticas públicas, o acesso das mulheres e da agricultura familiar a crédito, assistência técnica e apoio à construção social de mercados, uma vez que, historicamente, elas foram e continuam excluídas destes processos.

Ademais, nos territórios urbanos, a noção de família tem contornos distintos daqueles definidos no meio rural e que embasam as políticas de agricultura. As mulheres entrevistadas relataram constituições de famílias diversas, como casais homoafetivos, famílias ampliadas ou ausência da figura masculina, tema que merece mais atenção em pesquisas futuras.

Além disso, é importante não perder de vista a importância das trocas econômicas não monetárias, pois, como foi visto, as mulheres agricultoras periféricas desempenham papel relevante na provisão de alimentos saudáveis às famílias e comunidades. Visibilizar estas trocas é um passo inicial para a sua valorização.

Referências

BLAZOTI, André. *et al.* Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, 2021.

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil.

1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CALDAS, Eduardo.; JAYO, Martin. **Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e taxonomia.** Confins, v. 29, 2019.

CAMARGO, Clara; BELENZANI, Maria Lucia; IYUSUKA, Sheila. MULHER, TERRA E SEMENTE: UMA SÓ LUTA. **Revista Brasileira de Agroecologia**: Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia, v. 16 n. 1, 2021.

CAMPOS, Fábio. **Agricultura Urbana e Natureza social na manutenção de Infraestruturas Verdes. Estudo de caso da Associação de Agricultores da Zona Leste em São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? *In: Mujeres y trabajo: cambios impostergables.* Trad.: Gustavo Cotas. Porto Alegre: REMTE; MMM; Clacso; Alai, 2003.

CARRASCO, Cristina. La falsa neutralidade de las estadísticas: hacia um sistema de indicadores no androcêntrico. *In: CARRASCO, C. Con vos propia: La economía feminista como apuesta teórica y política.* Madri: La Oveja Roja, 2014.

CARVALHO, Laura.; BÓGUS, Claudia. Gender and social justice in urban agriculture: The network of agroecological and peripheral female urban farmers from São Paulo. **Social Sciences**, v. 9, n. 8, 2020.

CARVALHO, Laura; TAIT, Marcia. **Agricultura na cidade: o cultivo de alimentos e do comum pelas mulheres.** 1 ed. São Paulo: Ícone, 2022.

COSTA, Maria das Graças; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jäder. Terra para morar, água para plantar: mulheres agricultoras e a luta por direito à cidade e à moradia. *In: Relações pessoa-ambiente na América Latina: perspectivas críticas, territorialidades e resistências.* São Paulo: ABRAPSO Editora, 2022

DEEPAK, Anne C. A Postcolonial Feminist Social Work Perspective on Global Food Insecurity. **Affilia - Journal of Women and Social Work**, v. 29, n. 2, p. 153–164, 2014.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Trad.: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. Editora Elefante: 2022.

FEITOSA, Cíntya; YAMAOKA, Marina. Strengthening climate resilience and women's networks: Brazilian inspiration from agroecology. **Gender & Development**, v. 28, n. 3, 2020.

GUÉTAT-BERNARD, Hélène; PRÉVOST, Heloïse. L'agro-écologie au Brésil, un instrument genré de luttes sociales. **L'Ordinaire des Amériques**, v. 220, n. 220, 2016.

HILLENKAMP, Isabelle. ¿Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas. **Revista de Antropología Social**, v. 28, n. 2, p. 297-322, 2019.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. **As mulheres no censo agropecuário 2017**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES) / Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), 2021.

HOVORKA, Alice. *et al.* **Women Feeding Cities**: Mainstreaming Gender in Urban Agriculture and Food Security. Reino Unido: Action Publishing, 2009.

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial**: mulheres na divisão internacional do trabalho. 1 ed. Emma Livros, Editora Timo: 2022.

MORÁN, Nerea; CASADEVANTE, José Luiz. Urban Agriculture Springs Up in Greece. **Urban Agriculture Magazine**, n. 28, 2014.

NAKAMURA, Angelica; MARCOS, Valeria. Agricultura urbana e agroecologia no território do extremo sul do município de São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, 2021.

NAKAMURA, Angelica; RANIERI, Guilherme. **Agricultura Urbana**: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz: 2021.

NOBRE, Miriam. Cadernetas agroecológicas como metodologia da Economia Feminista. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam. **Caderneta Agroecológica**: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa: Editora Asa Pequena, 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo. São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuros. In: OLIVEIRA, A. U.; CARLOS, A. F. A. (Org.) **Geografias de São Paulo**. vol. 2. São Paulo: Contexto, 2004.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Ultra-processed food and drink products in Latin America**: Trends, impact on obesity, policy implications. Washington: PAHO, 2015. Disponível em:

<https://iris.paho.org/handle/10665.2/7699>. Acesso em: 22 set. 2023.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PICCHIO, Antonella. A economia e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu.; MORENO, Renata. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia** [Coleção Cadernos Sempre Viva; Série Economia e Feminismo]. São Paulo: SOF, 2012.

RANIERI, Guilherme. **Guia prático sobre Panc: plantas alimentícias não convencionais**. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 20 out. 2022.

SÃO PAULO. **Conheça o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo**. Lei 16.050/14. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2014.

SÃO PAULO. **A política de desenvolvimento rural sustentável na cidade de São Paulo**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/seguranca_alimentar/. Acesso em: 30 out. 2023.

SÃO PAULO. **Plataforma Sampa+Rural**. Disponível em: <https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2022.

SHIVA, V. MIES, M. **Ecofeminismo** [Coleção: Epistemologias e Sociedades]. Trad.: Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

SHIVA, Vandana. **Staying alive: Women, Ecology and Development**. 2 ed. North Atlantic Books: 2010.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2009.

TAVARES, Rossana. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre agricultura em territórios periféricos

TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila. As cadernetas agroecológicas: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras no Brasil. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam, **Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa: Editora Asa Pequena, 2021.

TREVILLA ESPINAL, Diana Lilia; SOTO PINTO, María Lorena; MORALES, Helda; ESTRADA-LUGO, Erin Ingrid Jane. Feminist agroecology: analyzing power relationships in food systems. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, p. 1–21, 2021.

Recebido em 20 de fevereiro de 2024.

Aceito em 09 de setembro de 2024.

Clara Camargo

145